

EXCLUSÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL¹

Marley Rosana Melo de Araújo*

RESUMO. Responsabilidade social empresarial é um dos novos fenômenos de mercado precipitados pela globalização da economia. Ao longo dos ciclos históricos, tivemos a empresa orientada sucessivamente para o produto, para o mercado e para o cliente. Agora assistimos a empresa orientada para o social. Ações corporativas em responsabilidade social são fruto de um momento histórico e atendem às necessidades mercadológicas do sistema capitalista de produção. Embora possam existir exceções, responsabilidade social, em geral, comparece como uma maneira de converter obstáculos sociais em oportunidade de negócios, usada como estratégia de *marketing* visando singularização no mercado e incremento de consumo. Faz-se necessário entender o contexto de seu advento na realidade brasileira. Apresentamos um quadro de macrovariáveis históricas, políticas e econômicas que contribuíram para o surgimento do fenômeno “Responsabilidade Social Empresarial” no mercado brasileiro, de forma a possibilitar uma visão crítica e contextualizada sobre o assunto.

Palavras-chave: responsabilidade social, exclusão social, globalização.

SOCIAL EXCLUSION AND SOCIAL RESPONSIBILITY IN BUSINESS

ABSTRACT. Social Responsibility in Business is one of the new phenomena of market, precipitate by the economy globalization. Along the historical cycles, the company was successively directed to results/product, to the market and to the customer. Nowadays the company is guided towards *the social*. Corporate actions, in social responsibility, are fruit of a historical moment, and assist to the market needs for a capitalist production system. Although there are exceptions, usually, the social responsibility emerges as a way of turning social obstacles into businesses opportunities, which are used as marketing strategy, seeking for both, uniqueness in the market and consumption increment. It is necessary to understand the context of its emergence into Brazilian reality. A scenery of historical, political and economical macro-variables that contributed to the appearance of the phenomenon ‘Social Responsibility in Business’ in the Brazilian market, is presented in this study, thus providing a critical view on the subject.

Key words: Social responsibility, social exclusion, globalization.

EXCLUSIÓN SOCIAL Y RESPONSABILIDAD SOCIAL EMPRESARIAL

RESUMEN. Responsabilidad social empresarial es uno de los nuevos fenómenos de mercado precipitados por la globalización de la economía. A lo largo de los ciclos históricos, tuvimos la empresa orientada sucesivamente para el producto, para el mercado y para el cliente. Ahora vemos la empresa orientada hacia lo social. Acciones corporativas en responsabilidad social son fruto de un momento histórico y atienden a las necesidades de mercado del sistema capitalista de producción. Aunque pueda haber excepciones, responsabilidad social, en general, se presenta como una manera de convertir obstáculos sociales en oportunidad de negocios, usada como estrategia de *marketing* visando singularización en el mercado e incremento de consumo. Se hace necesario entender el contexto de su advenimiento en la realidad brasileña. Presentamos un cuadro de macrovariables históricas, políticas y económicas que contribuyeron para el surgimiento del fenómeno “Responsabilidad Social Empresarial” en el mercado brasileño, de modo a posibilitar una visión crítica y contextualizada acerca del asunto.

Palabras-clave: responsabilidad social, exclusión social, globalización.

¹ Apoio: Capes.

* Doutora. Professora da Universidade Federal de Sergipe.

Na virada do século, observa-se um novo panorama nas políticas e negociações comerciais no mundo. A “era da aldeia global”, como então ficou conhecido o século XXI, caracteriza-se, entre outros, pelos seguintes acontecimentos: progressiva liberalidade do mercado, personificada pela globalização e formação de mercados comuns; adoção de moeda única dentro de um continente (Euro); união de países em blocos econômico-comerciais e áreas de livre comércio (Mercosul, União Européia, Nafta); consumo virtual.

O mercado torna-se mais competitivo com o acirramento da concorrência entre empresas e a quebra de monopólios comerciais. A abertura das fronteiras territoriais para a comercialização de produtos estrangeiros enfraquece a proteção conferida pelo Estado à produção nacional. O *marketing*, como ciência mercadológica, desenvolve-se diante das novas exigências de ressaltar e singularizar uma marca entre tantas outras. Por sua vez, o consumidor encontra-se mais crítico e exigente, possuidor de melhor nível educacional; busca e requer mais informações e é menos facilmente enganado nas transações comerciais.

Diante deste novo quadro mercadológico, as empresas brasileiras percebem a necessidade premente de atualização. A saída vislumbrada pelas empresas é investir na qualidade de produtos, de processos, de relações desenvolvidas no âmbito empresarial (com funcionários, fornecedores, consumidores, sociedade ou ecossistema), visto que é concepção comum no meio empresarial que empresas dotadas de posicionamento ético melhoram sua imagem pública e gradativamente alcançam maior legitimidade social. Neste contexto de acelerada mudança de mercado buscou-se entender o fenômeno “responsabilidade social de empresas”. A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e promover retorno para os investidores (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social). O assunto responsabilidade social não é exatamente novidade, já que há muito tempo empresas praticam ações sociais, fazendo doações a entidades do terceiro setor ou estruturando suas próprias fundações sociais. A novidade está na evolução da concepção de ação altruística da pessoa do empresário para a noção de filantropia como estratégia empresarial (Mendonça, 2002). Este artigo visa discutir quais as contingências que impulsionaram o surgimento do

fenômeno responsabilidade social na realidade empresarial brasileira, de maneira a localizar este fenômeno social, histórica, política e economicamente. Para tanto, será apresentada uma breve conceituação do termo a fim de posteriormente esclarecer suas variáveis determinantes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Ainda não existe um conceito formal e único de responsabilidade social, comparecendo diversos pontos de vista particulares sobre o assunto, embora o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tente convergir esforços para a construção unificada do conceito. Toldo (2002, p.82) designa responsabilidade social como “o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”. O que caracteriza uma empresa como socialmente responsável ou empresa cidadã é a sua preocupação com o desenvolvimento social sustentável, manifestada por meio de programas consistentes, que tenham continuidade, que apresentem resultados tangíveis, gerando e disseminando conhecimento e promovendo o crescimento tanto da organização quanto de seus *stakeholders* (todos os públicos que exercem influência ou são influenciados pela empresa) (Bueno, Serpa, Sena, Oliveira & Soeiro, 2002).

A responsabilidade social não se expressa como uma ação emergencial e pontual das empresas de ajuda social, mas sim, como uma perspectiva, a longo prazo, de tomada de consciência das empresas no sentido de incorporarem em sua missão, em sua cultura e na mentalidade de seus dirigentes e colaboradores a busca do bem-estar da população, por perceberem que o próprio desenvolvimento da organização depende da sociedade à qual pertencem e que, por sua vez, também é parte de cada um (Félix, 2003).

Souza (2001) conceitua ação social empresarial como “o desenvolvimento de atividades para o atendimento de demandas da comunidade, e que não sejam obrigatórias por lei” (p.2). É importante analisar a responsabilidade social empresarial verificando se os beneficiários da implantação dos programas sociais são por direito ou por solidariedade das empresas. Se uma empresa cria um programa que oferece o que é de direito do público atingido, a empresa não estará

sendo solidária, mas sim, justa. Oferecer empregos, não degradar o meio ambiente ou criar condições seguras de trabalho são ações sociais, porém configuram obrigações para as empresas e direitos para os públicos envolvidos. O que a empresa oferece além das suas obrigações é que pode ser considerado uma atuação social que a caracteriza como solidária (Bueno & cols., 2002). Obrigação social corresponde àquilo que a empresa faz pelo social que está previsto em lei, desde o pagamento de impostos até a utilização de filtros nas chaminés de fábricas. O simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pela sociedade, não pode ser considerado como comportamento socialmente responsável, mas como obrigação contratual óbvia (Corrêa & Medeiros, 2003).

Montana e Charnov (2000) acreditam que a preocupação demonstrada nas últimas décadas pelas empresas com suas obrigações sociais deve-se ao crescimento dos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor, pois estes focam o relacionamento empresa-sociedade. O termo *responsabilidade social* encerra a idéia de prestação de contas: alguém deve justificar sua atuação perante outrem (Lourenço & Schröder, 2003). Contudo, conjectura-se que o principal fator a explicar a emergência deste conceito é a evolução da economia mundial personificada pela globalização, fazendo com que empresas ingressem numa concorrência em escala internacional. Para garantir a entrada e permanência em mercados potenciais, as empresas precisam se mostrar produtivas, competitivas e singulares, a fim de captar a atenção do público consumidor. Particularmente no Brasil, a abertura do mercado impingiu às empresas um esforço maior para se adequar às exigências do mercado mundial, pois que estas empresas, antes competindo com os níveis de qualidade nacionais, hoje vêm-se disputando o mercado com produtos do mundo inteiro, de empresas com níveis de produtividade superiores (Bueno & cols., 2002).

A preocupação com o social passou a ser até uma questão de sobrevivência. É uma forma de marketing... A Responsabilidade Social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É, em síntese, uma espécie de prestação de contas (Lima, 2002, p. 107).

Responsabilidade social é um tema de definição variada, mas, pelo breve conteúdo exposto acima,

parece encerrar uma idéia de prática social voluntária por parte das empresas privadas, prática esta operacionalizada de maneiras diferentes e com vista a beneficiar públicos variados, de acordo com cada empresa avaliada. Serão expostos, a seguir, os fatores que engendraram a adoção deste conceito pelo empresariado brasileiro.

A EXCLUSÃO SOCIAL

Para compreender o fenômeno responsabilidade social é necessário conhecer as contingências que contribuíram para o seu advento. Uma destas contingências é o contexto de exclusão social e conseqüências derivadas.

A discussão sobre a exclusão social apareceu na Europa na esteira do crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente do desemprego de longo prazo, da falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho (Dupas, 1999, p. 19).

Ainda segundo o mesmo autor, o conceito de exclusão social é, em sua essência, multidimensional, incluindo uma idéia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. Para Sposati (1999), “Exclusão é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social” (p.103). Dupas (1999) trabalha o conceito exclusão social pelo viés da pobreza, esta entendida como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas.

A exclusão social tem aumentado. Ela significa a concretização da constante ameaça de marginalização de grupos até recentemente incorporados ao padrão de desenvolvimento. Os desajustes causados pela exclusão de parte crescente da população mundial dos benefícios da economia global e a progressiva concentração de renda constituem os grandes problemas das sociedades atuais, sejam pobres ou ricas. Parece existir pouca dúvida sobre o acirramento crescente da pobreza no mundo, a começar pelas taxas alarmantes de desemprego estrutural (Demo, 1996). A economia mundial produz hoje mais de quatro mil dólares de bens e serviços por habitante, o suficiente para todos viverem com conforto e dignidade,

houvesse um mínimo de bom senso nos processos distributivos. “A ONU estima que a aplicação anual de apenas 0,6% do PIB mundial seria suficiente para que toda a população pobre do planeta tivesse acesso à educação, saúde, alimentação e planejamento familiar” (Grajew, 2001, p.21).

O Brasil não apresenta um quadro diferente: está entre os três países com pior distribuição de renda no mundo – os 10% mais abastados têm uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres. Existe um enorme fosso entre os mais ricos e os mais pobres, hoje não mais preenchido por uma classe média, pois esta agoniza. Na realidade nacional, acompanhando a reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1980 e as políticas macroeconômicas colocadas em prática com a abertura do mercado nos anos 1990, observa-se um grave processo de precarização das condições de vida e de trabalho, bem como de exclusão social (Leite, 2003).

Dados da exclusão social e o quadro brasileiro

Apresentaremos sucintamente algumas estatísticas do quadro social mundial e especificamente dados da situação brasileira. Segundo Macedo, Aversa, Pereira e Galbetti (2003),

- O relatório do Banco Mundial acusa que a quantidade de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia superou 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão em 2003.
- As 500 pessoas mais ricas do mundo têm renda total superior ao conjunto de 416 milhões de habitantes mais pobres do planeta. Isso equivale a dizer que cada um desses 500 bilionários concentra em suas mãos uma renda igual à concentrada por 820 mil miseráveis.
- Mais de 150 milhões de crianças passam fome no mundo. A falta de alimentos atinge 815 milhões de pessoas, número que vem crescendo na Ásia e África.
- A mortalidade infantil contava 88 mortes por mil em 2003. A média mundial de mortalidade materna é de 400 vítimas por 100 mil partos.
- São 771 milhões de analfabetos acima de 15 anos no mundo, e esse número cresce a cada dia.
- Segundo relatório da ONU intitulado “A situação social mundial de 2005”, as desigualdades se mantiveram tanto entre países como dentro das economias nacionais, o que é observado em áreas como emprego, segurança no trabalho e salários. Em muitos países o desemprego continua sendo

muito alto e afeta com mais intensidade a população jovem, já que 47% do total de 186 milhões de desempregados no mundo são jovens.

- Ainda segundo o relatório, a América Latina está entre as regiões onde a pobreza mais cresce.
- No início dos anos 90, os 10% mais ricos dos países da América Latina detinham até 45% da renda nacional.
- Considerando os países subdesenvolvidos, mais de 1,1 bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza. Isso significa que de cada três habitantes do planeta, um está abaixo da “linha de pobreza”.

Nas últimas décadas a população das cidades brasileiras passou de 12 para 130 milhões de pessoas, constituindo um dos maiores processos de deslocamento populacional da história mundial. Hereda (1999) refere que mais de 75% da população brasileira já é urbana. A pobreza, que havia se transformado em fenômeno tipicamente metropolitano, a partir dos anos 80 contaminou as médias e pequenas cidades do país, até então preservadas em sua qualidade de vida. Como decorrência, explodiu o trabalho urbano informal e flexível, especialmente a partir da abertura econômica, com a ruptura definitiva do antigo paradigma do mercado de trabalho (Dupas, 1999).

Yamamoto (2003) pondera que, apesar de termos conseguido melhora em índices específicos de desenvolvimento humano (aumento da expectativa de vida, dos níveis de escolarização, diminuição da mortalidade infantil, entre outros), o tratamento dado à questão social foi absolutamente insuficiente para tirar o Brasil da posição de médio desenvolvimento humano que ocupa nos indicadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU). O Brasil está classificado como 63º país em qualidade de vida de uma lista de 177 países, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 da Organização das Nações Unidas (Gois, 2005).

A situação de desigualdade social, com um quadro de degradação geral das condições de vida, é alarmante: em 1990, aproximadamente 40 milhões de brasileiros (de uma população estimada em 147 milhões) estavam na ou abaixo da linha da pobreza, 32 milhões em situação de indigência (ausência de condições financeiras para suprir a necessidade de alimentação). Internamente, regiões mais pobres, como o Nordeste brasileiro, contavam com mais de 40% da população em situação de indigência (Yamamoto, 2003). A linha de pobreza é um referencial para classificar a condição social do país. Calcula-se o custo de atendimento de todas as

necessidades básicas de um indivíduo (alimentação, moradia, saúde, educação e transporte) e o valor resultante é usado como referência para a classificação pelo critério de renda.

Em 1996 constatou-se existirem por volta de 42 milhões de pobres no Brasil, mais ou menos 30% da população. O Pará, o Acre e os estados da Região Nordeste apresentaram nível mais baixo de desenvolvimento humano, quando comparados às outras regiões (Demo, 1996). Hoje, 63 milhões de brasileiros vivem em situação de indigência, segundo pesquisas da Fundação Getúlio Vargas. Na área rural, 10 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza, pois recebem menos de US\$ 1 *per capita* ao dia. No *ranking* dos países mais pobres, o Brasil aparece na 17ª posição. A renda *per capita* familiar dos pobres no país é de R\$ 196,00 (Macedo e cols, 2003). Segundo o relatório “O Estado da Criança no Mundo”, divulgado em 2004 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mais de 27 milhões de crianças vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, e fazem parte de famílias que têm renda mensal de até meio salário-mínimo. Aproximadamente 33,5% de brasileiros vivem nessas condições econômicas e, destes, 45% são crianças, que têm três vezes mais possibilidade de morrer antes dos cinco anos. Apesar da pobreza, o relatório revelou uma queda no índice de mortalidade das crianças no país. O Brasil aparece em 90º lugar, ao lado do Peru e de Cabo Verde, no *ranking* que contabiliza as nações com maior número de menores mortos antes de completarem cinco anos. Em 2003, 35 em cada mil crianças abaixo de cinco anos morreram no país. Em 1990, comparativamente, 60 crianças morriam em cada mil. Entre os anos de 1995 e 2002 também caiu em cerca de 2,2 milhões o número de crianças trabalhadoras (Unicef, 2004). Contudo, o ano de 2005 no Pará contabilizou 1.228 registros de trabalho infantil em roças, casas de farinha, carvoarias, olarias, vendas ambulantes e nos lixões das cidades (Delegacia Regional do Trabalho no Pará, 2005).

Já outros índices pioraram. De 1988 a 1998 alterou-se a ocupação predominante de formal para informal, tendo essa última atingido no final de 1998 a proporção alarmante de 55% da força de trabalho metropolitana (Dupas, 1999). Quanto à distribuição de renda, Hereda (1999) demonstra que os 10% mais ricos detém cerca de 48,7% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres apenas 0,8%. Segundo Miranda (2002, p.240), “15,8% da nossa população não tem acesso a condições mínimas de higiene, educação e saúde, enquanto 14% vivem na miséria; 11,4% morrem antes de completar 40 anos; 16% são analfabetos”.

Cerca de 44 milhões de brasileiros vivem em condições sanitárias abaixo do mínimo esperado. A situação é mais crítica na zona rural do país, onde apenas 35% da população têm acesso a serviços básicos sanitários, em comparação com a população da área urbana, onde 83% são servidos por rede de esgoto. O abastecimento de água também é altamente deficiente nas áreas rurais, onde apenas 58% da população têm acesso a água potável (Unicef, 2004). Estes dados contabilizam objetivamente os excluídos brasileiros. Contudo, Demo (1996) assegura que o centro da exclusão não é a pobreza decorrente da insuficiência de renda, mas a pobreza decorrente do problema da desigualdade. A insuficiência de renda representa fenômeno crítico na vida das famílias, mas é sobretudo decorrência da precariedade histórica da cidadania brasileira.

Segundo Corrêa (2002), direitos de cidadania são os direitos humanos. A cidadania significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Cabe ao governo como tarefa uma política conjuntural garantidora do crescimento econômico, bem como uma ação que atenda às necessidades coletivas e corrija as desigualdades sociais, sem afetar, contudo, a essência do sistema capitalista. A política social executada pelo Estado traduz-se no Estado do Bem-estar Social.

O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Constitucionalmente, o Estado é responsável por atender às demandas sociais e combater o quadro de exclusão social. Desde o pós-guerra, nos Estados Unidos, o Estado era identificado como o guardião das garantias sociais. As propostas de reconstrução do pós-guerra privilegiavam o Estado enquanto promotor de bem-estar-social, com base na filosofia keynesiana de fortalecimento do capitalismo e como forma de se contrapor às idéias do movimento socialista. Uma das causas para o surgimento do Estado de Bem-estar (*Welfare state*) foi a atuação do movimento sindical, que se fortaleceu no século XX e realizou um pacto com a classe dominante condicionando a manutenção do capitalismo à garantia de boa qualidade de vida para os seus trabalhadores (Bock, 2003). Já em seu nascimento, o *Welfare state* abrigou ao compromisso político de civilizar o mercado. A expectativa era de que o ser humano teria direitos acima da prioridade de rentabilidade do mercado. O mercado capitalista aparece na história como o mais desigual jamais

observado - do que, entretanto, não se pode concluir que possa haver sociedade sem mercado, ou que novos mercados não tenham a mesma tendência histórica de servir para aguçar as desigualdades. A desigualdade não é apenas efeito decorrente do mercado, mas o mercado é uma das expressões históricas da desigualdade nas sociedades (Demo, 1996).

Como sistema de proteção social, as propostas do *Welfare state* são a garantia e regulamentação, por parte do aparato governamental, de: seguro-desemprego; cobertura universal da previdência; programas de assistência social; universalização quantitativa e qualitativa da educação básica e do acesso à saúde; leis trabalhistas que ampliem o acesso ao bem-estar, com férias remuneradas, fundos especiais de pensão, direitos específicos da mulher trabalhadora e outros direitos (Demo, 1996), prerrogativas estas previstas na Constituição Brasileira de 1988.

Gómez Pérez (2001) sintetiza três características do estado de bem-estar: 1) forte intervenção estatal na economia, através da qual se pretendeu regular o mercado para manter o pleno emprego e uma economia ativa orientada para a demanda; 2) sustento da provisão pública de serviços universais como saneamento, educação, moradia, desemprego, pensões, ajudas familiares e proteção social; 3) obrigação pública do sustento de um “nível mínimo de vida”, diferente dos mecanismos de caridade, como elemento constitutivo de responsabilidade coletiva de todos os cidadãos. O Estado do Bem-estar funcionou conforme o que se propôs até meados de 1980, quando explodiu mundialmente uma nova realidade econômico-político-social: a globalização.

Globalização e Neoliberalismo

A partir da década de 1980, observamos uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização. Caracterizada simplificada como o processo de “encurtamento” das distâncias, tornou-se viável a partir do desenvolvimento de tecnologia em comunicação e transporte, o qual foi responsável pela diminuição dos custos operacionais e de transação, possibilitando a operação em escala global das empresas transnacionais e o deslocamento de recursos da esfera produtiva para a financeira (e especulativa), expandindo, assim, o mercado de capitais domésticos e internacionais (Félix, 2003).

Algumas das características desse processo são a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do comércio internacional, viabilizado pelo movimento de queda generalizada de

barreiras protecionistas e evolução da informática. A forma de organização da atividade produtiva foi radicalmente alterada para além da busca apenas de mercados globais; a própria produção passou a ser global. Surgem as empresas transnacionais (Dupas, 1999).

Bock (2003) elenca as condições necessárias para que os países se ajustem ao novo padrão de desenvolvimento: 1) demonstrarem equilíbrio orçamentário, sobretudo pela redução de gastos públicos, corte nas despesas de custeio e investimento, enxugamento da máquina administrativa; 2) abertura comercial, pela redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não-tarifárias; 3) liberalização financeira, reformulando normas que restrinjam a entrada de capital estrangeiro; 4) desregulamentação de mercados domésticos, com a eliminação da intervenção estatal no controle de preços, incentivos, etc. (implica no princípio de darwinismo social aplicado ao Mercado - que naturalmente vençam os mais fortes); 5) privatização do serviço público. Todas estas exigências caracterizam a filosofia neoliberal. “Na época da globalização do capitalismo, entra em cena a ideologia neoliberal, como seu ingrediente, produto e condição” (Corrêa & Medeiros, 2003, p.181). A ortodoxia neoliberal recomenda a subordinação incondicional do Estado ao imperativo de uma integração social planetária por meio do mercado (Dupas, 1999).

Para o projeto neoliberal, a estabilidade monetária deveria ser a meta de qualquer governo, havendo necessidade de disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa de desemprego a fim de criar um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos e suas exigências, além da instância de reduzir os impostos sobre o capital (Bock, 2003). Ao governo caberia tão somente o monopólio da defesa e das armas nacionais, a garantia da manutenção das leis, da ordem, da justiça e da segurança e o estabelecimento de um conjunto de regras básicas que permitissem aos agentes econômicos movimentarem-se livremente (Dupas, 1999). Esse é o protótipo do Estado mínimo. O domínio globalizado das grandes corporações que regem o mundo gera relações altamente desiguais e opressivas, mas devidamente legitimadas na estrutura sociopolítica dos Estados, impelidos a trocar sua soberania nacional pela subserviência ao senhores do grande capital (Corrêa, 2002).

A globalização da economia reduz a liberdade de políticas econômicas nacionais, impondo restrições às políticas sociais. A internacionalização da economia redefine a interdependência entre as nações, e o rigor

da concorrência entre elas enfraquece a possibilidade de decisões autônomas por parte dos Estados nacionais (Bock, 2003). Os gastos governamentais e as conseqüentes políticas fiscais, por sua vez, encontram novos limites, por ocasionarem efeitos inflacionários que poderiam minar a competitividade dos produtos nacionais (Dupas, 1999). Esse autor pontua: “O esvaziamento e a redefinição do papel dos Estados - inclusive as ondas de privatizações que tiraram de seu controle outros setores antes considerados estratégicos - aconteceu simultaneamente ao processo de globalização da produção mundial” (p.230).

Yamamoto (2003) explica que o desmanche neoliberal dos serviços sociais se processa através de três mecanismos: a descentralização dos serviços, que implica transferência de responsabilidade aos níveis locais do governo e a conseqüente oferta de serviços deteriorados por carência de financiamento; a privatização total ou parcial dos serviços promovendo uma dualidade, com oferta de serviços de qualidade diferenciada conforme a capacidade de pagamento do usuário; e a focalização, que introduz um corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”.

A tendência neoliberal estimula a transferência de responsabilidades sociais do Estado nacional para o Estado local, tornando-o responsável por manter ações de enfrentamento à pobreza e à exclusão social. Essa aparente democratização tem sido operada sob a forma de “municipalização neoliberal”, isto é, como estratégia de diluição do compromisso nacional com a cidadania e estímulo à focalização dos investimentos nos mais frágeis (Sposati, 1999, p.95-96).

Bock (2003) denuncia: “Ocorre um relativo desmonte dos programas sociais e, fundamentalmente, as ações entendidas como direito de todo e qualquer cidadão transformam-se em atividades para os necessitados mais pobres, assumindo funções assistencialistas” (p.370). A tendência é a de operar políticas “compensatórias” para a pobreza e para os excluídos selecionados sob o critério de renda (Sposati, 1999). Para muitos filósofos e políticos contemporâneos esse sistema é uma forma de descaracterização do Estado democrático, mas para outros constitui a única forma de o Estado recuperar-se de suas dívidas e tornar-se competitivo (Bueno & cols., 2002). No Brasil, as propostas neoliberais, encetadas na década de 1990 com o então presidente da

República Fernando Collor e efetivamente implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, paulatinamente desresponsabilizaram o Estado pelo atendimento e garantia dos direitos de cidadania, repassando a obrigação à sociedade civil (Garcia, 2002). O novo modelo global de produção agrava a exclusão social no que se refere às tendências de aumento geral do desemprego formal e à flexibilização do trabalho (Dupas, 1999).

As inovações tecnológicas a serviço do livre mercado e do incremento do benefício do capital não supõem a liberação dos trabalhadores das tarefas mais onerosas, nem o incremento generalizado do ócio para a maioria da população, mas se converte numa negra ameaça à estabilidade do trabalho, num fator inevitável de incremento do desemprego e da conseqüente ansiedade (Gómez Pérez, 2001, p.89).

Ainda o mesmo autor desmascara o fato de o eufemismo da flexibilidade do mercado de trabalho não esconder senão a crua realidade da precariedade do emprego e o incremento do desemprego, já progressivamente não-protégido pela cobertura social. Torna-se necessário falar honesta e claramente do incremento da desigualdade (Gómez Pérez, 2001). Esse fato tende a aumentar a pressão sobre o Estado, do qual é exigida a retomada de políticas públicas eficazes na área social.

É nesta conjuntura que o antigo Estado keynesiano presente na “Era de Ouro”, agente do bem-estar social, que economicamente significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e de ganhos em direitos de cidadania, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo, transmutou-se em um Estado moderno neoliberal, em que a intervenção estatal no mercado é mínima, os governos têm menos controle sobre a economia e os programas de implantação do bem-estar são colocados em segundo plano (Félix, 2003).

A crise do Estado

Lima (2002) sentencia: “O modelo econômico de cunho neoliberal leva o Estado a uma crise de identidade profunda, com discussões e questionamentos sobre seu papel e sua amplitude” (p.110). Dupas (1999) aponta que “O Estado contemporâneo enfrenta crises internas de várias naturezas, entre as quais a sua própria reforma, a garantia de crescimento econômico auto-sustentado e a questão do desemprego” (p.128).

Observa-se a decadência do Estado-previdência e do Estado do Bem-estar Social (*Welfare state*). O modelo neoliberal submete o social ao econômico (o social fica subordinado ao mercado), o que se explicita com a crise fiscal do *Welfare state* e a proposta neoliberal do Estado mínimo, a qual reduz as atenções estatais e remete ao mercado as respostas às necessidades sociais (Sposati, 1999). Demo (1996) é categórico em seu ponto de vista: entre outros problemas persistentes na esfera político-social, permanece a “imitação empobrecida” do *Welfare state*. Diante do volume e da intensidade da pobreza brasileira, que é mais que tudo o agravamento da desigualdade social, o que se oferece a título de proteção social é migalha, com o agravante de que dura enquanto os políticos nisto tiverem interesse.

O problema da legitimação do Estado moderno reside justamente nessa dificuldade de ter como tarefa evitar a desintegração social dentro de um sistema econômico do qual é excluído em termos decisórios. Mantendo simultaneamente uma relação de complementaridade e de dependência da dinâmica de tal sistema econômico, não pode o Estado, todavia, quebrar as condições funcionais da economia capitalista (Corrêa, 2002, p.182).

Os cofres públicos sofrem com as exigências da globalização, as quais limitam sua liberdade de taxações e de implemento de políticas fiscais a produtos, serviços, movimentações de capital, empresas. A exigência de estabilidade econômica condiciona o Estado a zerar seus *deficits*. Por outro lado, fatores como o envelhecimento natural da população, a elevação no custo da tecnologia social (sobretudo a hospitalar) e os efeitos maléficos da globalização, que aumentam a demanda por cobertura social aos excluídos do sistema, são aspectos que oneram a contabilidade pública, já sem grandes ativos. “Especialmente nos países mais pobres, os governos atuais – comprometidos com a estabilidade – não têm orçamento suficiente nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos” (Dupas, 1999, p.185). Para completar esse quadro, o histórico de máquina pública corrupta e desqualificada potencializa a evasão monetária do Estado. Este encontra-se quase sem nenhuma condição de sustentar a ideologia de um Estado de Bem-estar Social. “A educação universal é uma das únicas políticas públicas resgatadas do Estado de Bem-estar Social como direito da cidadania” (Bock, 2003, p.365).

Sposati (1999) comenta o paradoxo: “Instala-se o conflito entre a demanda por políticas sociais, que é

cada vez maior com o desemprego, e a receita fiscal, que conseqüentemente se torna reduzida pelo mesmo desemprego” (p.85). Como efeito colateral desenvolve-se um imaginário coletivo negativo quanto à competência da nação em enfrentar seus próprios problemas. “O Estado é considerado ineficiente e perdulário e por essa razão deve deixar ao mercado e à sociedade civil a responsabilidade pelo desenvolvimento da nação” (Lima, 2002, p.110). As teorias do Estado mínimo valorizam o papel da sociedade civil na resolução das mazelas sociais, sendo esta, para muitos autores, a origem da terminologia “Terceiro Setor” (Garcia, 2002). O 1º Setor é representado pelo Estado (governo), o 2º Setor pelo Mercado (empresas privadas) e o 3º pela Esfera Pública (sociedade civil, freqüentemente materializada em organizações não-governamentais - ONGs - e entidades filantrópicas). A responsabilidade pelo desenvolvimento social migra do 1º Setor para o 2º e 3º, Mercado e Sociedade civil. Como bem explicita Sposati (1999):

A crise fiscal no chamado Estado de Bem-Estar e a vinda da nova regulação econômica dos neoliberais trouxeram a redução dos compromissos sociais, da responsabilidade pública. (...) O Estado neoliberal, do ponto de vista social, é o Estado que seleciona os segmentos “mais carentes”, os mais excluídos para atender. Ele não é universal. (...) Para o Estado social neoliberal, a perspectiva é implantar progressivamente a desresponsabilização do Estado, transferindo esse compromisso para o mercado por meio da redução do alcance das ações, preferindo as atenções pontuais àqueles em situação de miséria e ação subsidiária por intermédio de organizações do terceiro setor e da família (p. 86).

O Estado é criticado como agente organizador da dinâmica social, em favorecimento da esfera privada, comprovadamente mais ágil, competente e eficaz, pelo menos em termos de acúmulo de capital. As próprias empresas percebem a incapacidade do governo de atender a todos os anseios da comunidade. Assim, se por um lado o Estado progressivamente se retira de sua tradicional posição de propiciador do bem-estar e realizador de políticas de cunho social, deixando as populações mais carentes entregues à própria sorte, por outro lado as empresas passam a perceber que são, em parte, responsáveis pela situação de exclusão e injustiça social (Félix, 2003). É nesse contexto que a iniciativa privada é pressionada a ampliar o seu conceito original, investindo em áreas em que o Estado é ineficiente (educação, saúde, bem-estar

social), procurando tornar-se mais produtiva e competitiva (Bueno & cols., 2002).

O quadro de exclusão social e a falência do Estado de Bem-estar Social criam as condições para o advento do fenômeno *responsabilidade social empresarial*, fenômeno que já surge predestinado a ser uma das respostas para a grave problemática social. A retração do Estado, em virtude do neoliberalismo, abre lacunas nos setores públicos sociais, que passam a depender da iniciativa privada para o seu desenvolvimento. É nesse cenário de economia globalizada e intensa mobilização social em nível mundial que os empresários brasileiros começam a entender a importância de desenvolver planejamentos estratégicos que tenham como base valores éticos e considerem não somente a empresa, mas a sociedade na objetivação de resultados (Bueno & cols, 2002).

Os motivos que fizeram com que os movimentos de responsabilização social das empresas se iniciassem apenas nesta última década, em tese, são advindos da pressão que algumas mazelas sociais e ambientais exerceram sobre o setor privado a partir da união de fatores históricos tais como: o processo de globalização, as recentes preocupações com o meio ambiente, o aumento da publicidade das empresas, a crise do Estado de bem-estar e a adoção de posturas neoliberais pelos governos (Félix, 2003, p.19).

Não obstante, não nos enganemos quanto às intenções da iniciativa privada ao adotar um posicionamento social. Há que se ter claro que é arriscado para uma empresa prosperar no meio da miséria. Torna-se até impossível, pois quem será seu consumidor? O quadro de miséria e exclusão social acirrado pela prática de um capitalismo sem fronteiras põe em risco a própria manutenção do sistema. Torna-se necessário algo para amortecer a latente possibilidade de colapso social, um sistema semelhante ao ladrão da caixa d'água: algo que libere o excesso de tensão social e equilibre a situação em níveis suportáveis. As ações sociais empresariais prestam-se, entre outras tarefas, a apaziguar razoavelmente os ânimos, e desviam a atenção das causas do problema: o capitalismo desenfreado. Corrêa e Medeiros (2003) corroboram nossa opinião: a organização capitalista, por meio de métodos aplicados pelo seu processo produtivo, impossibilita ações sociais transformadoras e duradouras; no máximo elas apaziguam problemas sociais de forma superficial e limitada no tempo e no espaço, pois uma empresa, mesmo que socialmente responsável, tem impacto social. Isso é algo intrínseco ao sistema capitalista de produção.

Yamamoto (2003) explica que “a maximização da equidade é incompatível com a maximização do processo acumulativo” (p.47). A classe dominante não pode seriamente comprometer-se com a defesa dos direitos humanos sem negar-se como classe, sem deixar de ser dominante à custa da exploração do trabalho das grandes maiorias. Ao Estado caberia intervir nas relações sociais não para mudá-las na essência, mas para domesticar o conflito de classes que abrigam, mantendo-o, dentro do possível, latente e controlado (Corrêa, 2002).

CONCLUSÃO

Dupas (1999) afirma não ser possível humanizar o capitalismo, pois seria contra sua lógica interna. O mercado nunca se colocou de fato a serviço dos direitos humanos, até porque esta não é a lógica que o governa. O quadro descrito acerca do surgimento da responsabilidade social no Brasil leva-nos a suspeitar que tais ações seriam a tentativa dissimulada de converter um obstáculo (miséria) em oportunidade de negócios (a mercantilização da miséria), em proposta de *marketing* e em aumento de receita. Não seria a sensibilização do mercado para o grave quadro social. Impera ainda a lógica capitalista do lucro, usando outras estratégias para alcançá-lo. As ações socialmente responsáveis não ferem a lógica capitalista, porque não atentam contra sua essência; e por outro lado, também não o humanizam, embora lhe provejam feições mais piedosas. A responsabilidade social da empresa, teoricamente, é mais um meio para a reprodução ampliada do capital, pela ampliação e renovação da manipulação, seja de trabalhadores, seja de consumidores ou comunidades carentes assistidas pelos projetos sociais corporativos, manipulação esta adequadamente justificada diante de toda a sociedade através de uma máscara de posicionamento ético e moral por parte da empresa. A responsabilidade social não é uma atividade empresarial que vem para mudar o processo produtivo vigente; pelo contrário, ela reforça e legitima os meios produtivos e o próprio sistema capitalista de produção de riquezas e de valores sociais. Enfim, a responsabilidade social empresarial compõe o imaginário organizacional que as empresas, nos dias de hoje, criam e veiculam para a sociedade, com veladas (ou nem tanto) intenções autopromocionais.

REFERÊNCIAS

- Bock, S. D. (2003). O neoliberalismo, as políticas públicas e a orientação profissional. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social*. (pp. 365-382). São Paulo: Cortez.

- Bueno, E. L., Serpa, P. T., Sena, R. B., Oliveira, R. J. B. & Soeiro, S. (2002). A responsabilidade social e o papel da comunicação. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 273-302). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Corrêa, D. (2002, 3ª ed.). *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: UNIJUÍ.
- Corrêa, F. T. B. S. & Medeiros, J. R. C. (2003). Responsabilidade social corporativa para quem? Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (Vol.2, pp. 151-199). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Delegacia Regional do Trabalho no Pará. (2005, 09 de novembro). DRT registra 1,2 mil casos de trabalho infantil. *O Liberal*, p.4.
- Demo, P. (1996). *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados.
- Dupas, G. (1999, 3ª ed. rev.). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Félix, L. F. F. (2003). O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (Vol. 2, pp. 13-42). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Garcia, B. (2002). Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 13-36). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Gois, A. (2005). Brasil miserável é o 6º mais pobre do mundo. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. (Acesso em 08/09/2005).
- Gómez Perez, A.I. (2001). *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artmed.
- Grajew, O. (2001). Por um mundo mais seguro. *Guia de Boa Cidadania Corporativa*. (pp.20-21).
- Hereda, J. F. (1999). Democratizar a gestão. Em I. Magalhães, L. Barreto & V. Trevas (Orgs.), *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. (pp. 148-160). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. *Manual responsabilidade social das empresas: primeiros passos*. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. (Acesso em 29/07/2001).
- Leite, M. P. (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Lima, M. (2002). Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 103-142). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Lourenço, A. G. & Schröder, D. S. (2003). Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (Vol. 2, pp. 77-119). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Macedo, L. C. de, Aversa, M. B., Pereira, R. M. & Galbetti, R. (2003). Relações públicas orientando a gestão da responsabilidade social na Sercomtel S.A – Telecomunicações. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (Vol. 2, pp. 399-449). São Paulo/Peirópolis: Instituto Ethos.
- Mendonça, P. (2002). O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 147-169). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Miranda, G. de P. C. (2002). Responsabilidade social corporativa e marketing social: reflexão para um novo tempo. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 229-272). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.
- Montana, P. J. & Charnov, B. H. (2000). Administração: responsabilidade social. Em *Administração*. (pp. 32-51). São Paulo: Saraiva.
- Souza, I. D. (2001, 12 de novembro). Nova ordem mundial. *O Liberal*, p. 2.
- Sposati, A. (1999). Políticas sociais nos governos petistas. Em I. Magalhães, L. Barreto & V. Trevas (Orgs.), *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. (pp. 82-107). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Toldo, M. (2002). Responsabilidade social empresarial. Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. (pp. 71-102). São Paulo: Petrópolis: Instituto Ethos.
- Unicef. (2004). Mais de 27 milhões de crianças vivem na pobreza no Brasil. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://premioethosvalor@yahoogroups.com>>. (Acesso em 08/02/2005).
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social*. (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.

Recebido em 16/12/2005
Aceito em 08/04/2006

Endereço para correspondência: Rafael Diehl. Rua Ramiro Barcelos, 2600 sala 201d, Santa Cecília, CEP 90035003, Porto Alegre-RS. E-mail: diehlrafael@yahoo.com.br